

Marcílio: governo cedeu o que podia

Gustavo Miranda

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse ontem que, para chegar a um acordo com o Clube de Paris, o governo não cedeu no que não podia ceder — “os limites que nos impõe a nossa capacidade de pagamento”:

— Não superamos, nem do ponto de vista fiscal, nem do ponto de vista cambial, os nossos limites. Com isso, conseguimos um acordo que de um lado não compromete o cumprimento do nosso programa econômico e, de outro, está absolutamente dentro do que podemos cumprir.

Segundo Marcílio, a redução do prazo de refinanciamento e o aumento das remessas para pagamento da dívida estão dentro das margens de negociação previstas pelo governo, e o acordo poderá ser cumprido.

Durante as homenagens prestadas ontem ao urbanista Lúcio Costa, na Praça dos Três Poderes e no Itamaraty, o ministro compareceu ao lado do presidente Collor e foi efusivamente festejado pelo fechamento do acordo. Marcílio aproveitou a ocasião para afastar a possibilidade de dolarização, por considerar que o melhor caminho não é este, e sim a “cruzeirização” — o fortalecimento do cruzeiro.

Collor disse que o acordo vai abrir as portas para novos financiamentos e novos investimentos dos países credores:

— O acordo nos abre as portas para chegarmos à consolidação de novos canais com a comunidade financeira internacional.

Para Marcílio, o fechamento do acordo foi um passo crucial para a normalização das relações financeiras internacionais. Com isso, afirmou, o país poderá recuperar o acesso a novas fontes de financiamento e a novos investimentos, para “lastrear uma fase próxima de retomada do crescimento econômico”. O ministro observou que o acordo consistiu na reestruturação dos atrasados vencidos até agora e vencerá até 31 de agosto de 93.

— Com isso, em vez de pagarmos quase US\$ 14 bilhões nos próximos dois anos, teremos que



Ao lado de Marco Maciel, Marcílio aguarda a hora para depor no Senado, atendendo convocação de Suplicy

desembolsar US\$ 4,1 bilhões — frizou. — Isso significa um alívio de extrema importância para esse biênio: o ano de 1992, que será o ano da virada e o ano da instauração da estabilidade econômica no Brasil; e o ano de 1993, que será o ano da consolidação dessa estabilização e do lançamento de um novo processo de crescimento. Por isso, consideramos fundamental o alívio nas nossas contas fiscais e cambiais nesses dois anos. O que se conseguiu em Paris foi importantíssimo nesse sentido.

Os outros pagamentos, acrescentou Marcílio, “que cairiam nessa chamada ‘janela’, foram reescalados em 14 anos, com três de carência, isentando-nos de pesados pagamentos de curto prazo”. A partir do quarto ano, disse, os pagamentos serão muito modestos em termos de principal, nos primeiros anos; depois, seguirão um perfil crescente de principal, o que, levando em conta os juros, significa, de acordo com o ministro, pagamentos mais ou menos estáveis,

“o que também é uma inovação em relação a acordos no Clube de Paris”.

— Essa realidade torna-se mais marcante quando consideramos que vínhamos de uma história de acordos não cumpridos com o Clube de Paris e que em nenhuma oportunidade tínhamos reescalados créditos que já haviam sido reestruturados anteriormente — disse o ministro. — Essa inadimplência do passado foi a responsável pela formação do enorme ‘calombo’ de pagamentos que teríamos de 1991 a 1993, e que agora é reestruturado inteiramente.

Marcílio considera que foi superada uma pesada herança de negociações mal sucedidas no passado e concluída agora uma “que nos dá tranquilidade para os próximos anos e nos reabre os órgãos de financiamento e de seguro de exportação desses países”. Ele citou como exemplo o Eximbank do Japão, no qual o país já tem uma carteira discutida de mais de US\$ 1,7 bilhão.

— Isso além de crédito da OECF, o chamado Fundo Nakasone, que nos assegurou que irá intensificar seus desembolsos, uma vez que tivéssemos esse acordo — observou. — Abre-se, ademais, novamente, o acesso ao Eximbank dos Estados Unidos; à Coface francesa; ao Hermes, da Alemanha; ao ECG, da Inglaterra.

O ministro assegurou que a proposta brasileira inicial não representava o máximo que o país poderia pagar:

— Sabíamos que é essência de uma negociação a procura de um meio-termo. Entretanto, o caminho que percorremos, de uma oferta inicial de cerca de US\$ 3,3 bilhões para o acordado, de US\$ 4,1 bilhões a serem pagos nesses próximos dois anos, representa muito menos do que o caminho que nossos credores acabaram por concordar em percorrer: em sua proposta de abertura, pretendiam receber quase US\$ 8 bilhões em dois anos; terminaram por aceitar cerca da metade disto.